

# **Expansão urbana em Áreas de Proteção Ambiental: um estudo sobre os conflitos socioambientais na cidade de São Luís-MA**

Debate em teoria social.

GT-15: Meio Ambiente Sociedade e Desenvolvimento Sustentável.

Joallysson Desterro Bayma.

Letícia Souza Frazão.

Taynara Sodré Mendonça.

## **Resumo:**

É constante a discussão sobre os conflitos gerados pela ocupação das áreas de proteção ambiental. O crescimento populacional, as quase extintas áreas para moradia e os grandes empreendimentos imobiliários com um custo elevado para populações de baixa renda levam a ocupação das áreas de proteção ambiental-APAS, por algumas dessas áreas estarem situadas em locais privilegiados tornam-se objeto de disputas e conflitos. A cidade de São Luís vive atualmente um processo de expansão urbana, que vem levando à ocupação de áreas não destinadas para tal finalidade. Por isso é coerente à reflexão sobre o processo de urbanização e o estado de conservação dessas unidades de proteção, tornando-se parte dessa reflexão a análise dos processos de conflito, apropriação e uso dessas áreas.

**Palavras-Chave:** Cidade. Sujeitos. Conflitos Socioambientais.

Observam-se vários sujeitos em disputa pela apropriação e uso da cidade, principalmente das áreas mais valorizadas, mesmo aquelas de preservação ambiental, em flagrante desrespeito à Legislação Ambiental e ao Estatuto da cidade. Nesse sentido o projeto tem como objetivo identificar as áreas consideradas de proteção ambiental na cidade de São Luís, bem como os conflitos socioambientais decorrentes das formas de ocupação e uso das Áreas de Proteção Ambiental - APA. Milton Santos ao falar sobre essa questão em sua obra “A urbanização Brasileira” (2005), destaca através do seu conceito Urbanização Pretérita que o Brasil em tempos atrás era visto como um país agrário, tratando da população urbana, agrícola e rural, e também do meio técnico e científico que gera no Brasil um aumento da quantidade de trabalho intelectual, mas isto não significa que a população tenha se tornado mais culta e sim mais letrada. Estar mais letrada tem relação com a nova realidade técnico-científica, na qual, a ciência e a técnica estão presentes em todas as atividades humanas. Nessa análise destaca-se que as estruturas das pequenas cidades vão mudando de acordo com a implantação de atividades industriais, que exigem profissões mais tecnicistas, e assim, a cidade amplia ou transforma suas necessidades e relevâncias. Nesse contexto a especulação ganha espaço, e o espaço natural é sobreposto pelo espaço social que centra as atividades burocráticas e atrai um grande número de pessoas que desejam residir próximo às localidades consideradas crucias no espaço da cidade, esse modelo funcionalista, acaba por produzir uma cidade desigual, na qual, determinados espaços são mais valorizados em detrimento de outros, ocorrendo assim uma tendência à estratificação das classes de acordo com as diferentes localidades da cidade.

Outro ponto de suma importância na análise de Santos (2005) é sua descrição da organização interna das cidades que exibem problemas parecidos, tais problemas são: o desemprego, habitação, precariedade nos transportes, entre outros. Todas as cidades têm problemas o que muda é a intensidade, quanto maior a cidade mais visível são os problemas. Tal como muitas outras cidades, São Luís não foge tanto a este modelo, pois se nota as diferenças nas condições de moradia e de recursos

entre determinados bairros e localidades, bairros como Maracanã e Calhau podem ser bons exemplos desse modelo de cidade. No primeiro bairro citado localiza-se uma área de proteção ambiental, na qual, a população faz uso de certos recursos dessa área. No segundo os imóveis e as construções ameaçam de certa forma o espaço natural. É nesse contraste de avanço da expansão urbana e de conservação da natureza que se ergue o desafio de manter uma unidade de conservação no interior ou próximo à cidade. Desta maneira, a cidade de São Luís tem em sua estrutura espaços com utilização indevida e construções periféricas que demonstram as disparidades entre os diferentes espaços da capital. Apesar de ter muitas áreas com ocupações indevidas, ainda encontramos em São Luís áreas sem utilização, estas áreas espalhadas como explica Milton Santos (2005), são características de uma urbanização corporativa

As transformações nas estruturas sociais, econômicas e nos espaços de habitação em São Luís vêm adequando tudo a um modelo corporativo de cidade (SANTOS, 2005), estando presente a concentração de riqueza numa pequena parcela da sociedade, o que gera o aumento da pobreza e uma redução dos espaços qualificados para habitação, pois essas áreas são geralmente separadas para atender a finalidades industriais ou construção de empreendimentos pouco acessíveis a grande parte da população. Esse cenário propicia uma ameaça às regiões destinadas à Proteção Ambiental, que acabam sendo ocupadas ou mal utilizadas para atender necessidades básicas, dentre elas, a necessidade de moradia.

Esse conjunto de características faz com que a perspectiva de Henri Lefebvre apresentada em sua obra “O direito à cidade” (1991), traga a compreensão de que a cidade é um meio termo que se encontra enquanto produto de uma ordem constituída pelas relações entre indivíduos e grupos de indivíduos, portanto, o espaço que chamamos cidade não é dado, bem como, o urbano não é uma categoria transcendental ou um costume abstrato, um depende do outro, sendo a cidade o espaço físico e o outro a maneira de pensar, de se comportar e modificar o espaço, tratando-se então de uma realidade prática e sensível, na qual, os diferentes ramos do conhecimento devem empregar seus mecanismos e trabalhar com unidade na tentativa de se pensar o real significado de cidade.

Por meio de seu conceito de ciências parcelares e realidade urbana, Lefebvre (1991), afirma que cada ciência tem a sua especificidade e cada uma tem a sua contribuição para o desenvolvimento urbano. Uma ciência não vive sem a outra elas se completam e trazem sua contribuição para as cidades. Quanto à especificidade da cidade o autor ressalta como o urbanismo, enquanto técnica e ideologia, responde às questões de crise no espaço urbano. Crise que se concebe desde o início do capitalismo, com a crise surgem novos aspectos da realidade urbana. Anteriormente os conceitos de cidade eram vistos de forma distorcida não continham um conhecimento teórico da cidade eram apenas ideologias e não conceitos e teorias. O autor deixa claro que a transformação da sociedade não é dada de forma passiva, a cidade depende de relações diretas entre indivíduos e grupos que fazem parte da sociedade.

De acordo com Lima (2008), é preciso desmistificar o que é colocado como verdade e ter o olhar atento para as questões socioambientais. Através desse prisma analítico traz-se esse conjunto de questões para nossa realidade específica, ou seja, a ilha de São Luís do Maranhão, tombada pela UNESCO como Patrimônio da Humanidade. Sob um olhar disperso acredita-se nas implicações deste título, mas de fato o que existe por trás de tal categoria classificatória, são Áreas de Proteção Ambiental irregularmente utilizadas e que são objetos de reconhecimento, disputas e diferentes finalidades. Outro ponto muito interessante na obra é a temática: A cidade e o Urbano, na qual, segundo a autora, é comum confundir-se o conceito “Urbano” com o de “Cidade”. É importante distinguir a cidade do urbano, visto que quando o processo de urbanização/industrialização é desencadeado a cidade já existe.

A industrialização é um processo que confere um dinamismo à cidade. Para Milton Santos (1988), a Cidade é o construído, o palpável, é o lugar, o concreto, o interno. Para Lefebvre (1991), o conceito de Urbano surge com os acontecimentos da cidade, com os problemas e com os processos sociais.

A categoria “lugar” analisada através da obra *Conflitos Socioambientais em Curitiba* por Lima (2009) torna-se válida e importante para o estudo dos conflitos, das apropriações e usos na cidade de São Luís, pois essa categoria é compreendida como condição para a realização da vida cotidiana, com práticas sócio espaciais particulares e interpretações diversas de cidade e meio ambiente. O lugar não é determinado tão somente pelos limites que o marcam, mas também pelos sentimentos que um grupo atribui a aquele espaço, é algo que ultrapassa o espaço físico, sendo um emaranhado de práticas e experiências que formam um elo de sensações entre indivíduo e lugar. Através dessa leitura se pode extrair um entendimento de exercício prático-teórico e tomar certas bases para o avanço da pesquisa em São Luís.

Citada no artigo 14, inciso I da lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), Lei nº 9.985 de 18/07/00, a APA (Área de Proteção Ambiental) faz parte do grupo das unidades de conservação de uso sustentável.

As características das APAS pesquisadas enquadram-se dentro de conceitos e teorias debatidas e apresentadas. Dentre as APAS destacam-se as APAS do Maracanã, do Itapiracó e da Lagoa da Jansen. A APA do Maracanã foi criada em 1991 para conter o avanço dos empreendimentos imobiliários. Em 2002 existiam 2.000 habitantes, hoje existem três pontos do projeto do Governo Federal Minha Casa Minha vida, que é um programa governamental atrelado a Caixa econômica federal (Banco) destinado às pessoas de baixa renda. O programa encontra-se inserido dentro do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), e prevê a construção de 6.700 habitações dentro do território da APA. Acredita-se que com o tempo a APA do Maracanã irá sufocar e transformar-se em comunidade. No Maracanã foi criada a Associação Comunitária do Maracanã Turismo (ACOMTUR) que visa: Divulgação do Turismo ecológico e conscientização da população local.

Segundo informações, existiam quatro trilhas no Maracanã, a trilha Parque da Juçara, trilha Rosa Morchel, Baluarte e trilha Joca Guimarães, que eram utilizadas pelos guias para atrair turistas. Atualmente existe apenas uma trilha por onde se pode realizar o trabalho turístico que é a trilha Joca Guimarães. A ACOMTUR percebendo que a trilha Baluarti recebia um grande número de visitas turísticas achou necessário fazer melhorias nas estruturas existentes nessa trilha. Uma estrutura com telhado foi construída ao redor de um poço que havia na trilha, o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) ao tomar conhecimento do fato embargou a construção alegando que haveria uma descaracterização do local e as visitas turísticas foram canceladas.

A propriedade pertencia a um Chinês que a comprou por cinco milhões, após ser vendida por ele pelo valor de quinze milhões para o PAC, as visitas à trilha foram definitivamente canceladas. A contradição dentro da situação é evidente, pois diante da alteração de um poço, que era um marco histórico da cidade, houve restrições, mas no processo de construção de casas e derrubadas de várias árvores, nada foi feito. Outro dado interessante que foi descrito é que do lado direito da APA do Maracanã, onde existem muitas casas, haverá uma remoção da comunidade para duplicação da BR 135. Observamos no local um intenso movimento de caminhões, caçambas e identificamos que nas proximidades é feita retirada de areia e piçarra. O presidente da ACOMTUR conta que foi procurado pela empresa Camargo Correia para ajudá-los a criar o Centro de Visitação Ecológica como forma de compensação ambiental. Uma empresa foi contratada para cuidar de toda a documentação necessária, porém as terras não têm documentos e a Camargo Correia precisaria dessa documentação para saber a

quem de fato pertencia a terra. O presidente da associação relata que foram várias tentativas junto a SEMA (Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão) para conseguir tais documentos, porém as tentativas foram em vão, e a empresa acabou desistindo do projeto.

No primeiro contato para reconhecimento da APA do Itapiracó, percebemos que é uma área bem extensa, com várias trilhas abertas pelo caminho, o que torna o trajeto um pouco perigoso. Apesar de no local ter uma guarita na entrada, só há guardas no posto do Batalhão Ambiental no final do percurso. Um fato observado no dia da realização desta pesquisa de campo foi a presença de uma pessoa que estaria utilizando um motor-serra para derrubada de árvores. O local é utilizado para realizar caminhadas, uma pessoa que caminhava pelo local, informou ao guarda que prontamente foi verificar a questão. Observamos também que é insuficiente a quantidade de guardas florestais no Batalhão da APA do Itapiracó e ao questionarmos a respeito, fomos informados que os guardas contam com a cooperação das pessoas que fazem uso da APA para que estas os informem caso alguém venha a agredir o local. Segundo o Tenente Gomes, o posicionamento do posto do Batalhão Ambiental facilita o trabalho de fiscalização. Em uma breve entrevista, o Tenente nos informou que as principais ocorrências são de desmatamento e de alguns assaltos às pessoas que utilizam o caminho principal da APA para as atividades esportivas de caminhada, ciclismo e corridas. Segundo o entrevistado o maior problema enfrentado no processo de manutenção da APA é justamente a conscientização, pois algumas das localidades da APA encontram-se poluídas por lixo e entulho dos bairros adjacentes. Ainda segundo o Tenente, a APA era gerida anteriormente por uma Organização não governamental chamada ABARÁ, que realizava fortes trabalhos de ensino ambiental e conservação. Mesmo com a realização dessas atividades o rio que passa pela APA, cujo nome é o mesmo da unidade de conservação, está poluído por conta do esgoto dos bairros – Cohatrac e dos assentamentos Terra Livre e Canudos que se encontram no entorno da APA do Itapiracó.

A APA da Lagoa da Jansen anteriormente era um Parque Estadual e recentemente foi reconhecida como Área de Proteção Ambiental. É um espaço no qual, se realiza um grande número de eventos comemorativos e shows. A infraestrutura da APA não apresenta boas condições, tendo esgotos a céu aberto e um alto nível de poluição nas águas de sua laguna. A APA é consideravelmente extensa e por se encontrar em uma área nobre da cidade e ser um importante ponto turístico é bem arborizada e de rápida localização. A APA tem um alto índice de especulação imobiliária o que a torna um objeto de interesse e de grande valor de uso e de troca.

Em março deste ano a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão (SEMA) realizou um mutirão de limpeza na Lagoa da Jansen, essa foi uma das primeiras medidas do plano de revitalização e recuperação do espaço físico e conservação ambiental na APA da Lagoa da Jansen. Com o emprego de maquinários pesados desobstruíram as vias e córregos, essas ações fazem parte do projeto “Viva Lagoa”. A Secretaria de Urbanismo e Habitação realizou uma ação de desobstrução do espaço público na Área de Proteção Ambiental da Lagoa da Jansen, o caso mais recente foi a remoção de uma empresa que teve toda a sua área construída de forma ilegal sob área verde do município.

As Áreas de Proteção Ambiental na Cidade de São Luís são importantes instrumentos de conservação da natureza regional e analisá-las é parte de um trabalho intelectual que emprega a percepção de que o lugar e os comportamentos relacionais são ditames de modelagem do espaço natural, em termos mais claros, os indivíduos geram com seus respectivos espaços de reprodução e manutenção da vida, laços de construção e adaptação que estabelecem um sentimento de pertencimento. As estratégias de manutenção dos lugares e de suas riquezas naturais se expressam

através de medidas como a criação de APAS e outros esquemas. Suas finalidades e objetivos visam além da conservação, o desenvolvimento de atividades educativas, de conscientização e sensibilização, pois a questão da conservação ambiental é parte de uma complexa mudança de paradigma ligada às responsabilidades sociais.

## **BIBLIOGRAFIA**

ACSELRAD, Henri. **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004

LEFEBVRE, Henri. **O direito á cidade**. São Paulo: Ed. Moraes, 1991

LIMA, Rosirene Martins Lima. **Conflitos sócio-ambientais urbanos: O lugar como categoria de análise da produção de Curitiba/ Jardim Icaraí**. São Luís: Edições Uema 2008

LOPES, José Sérgio Leite (coord.). **A ambientalização dos conflitos sociais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5.ed. São Paulo: Ed USP, 2005.